



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

**X ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA –
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA**
BELO HORIZONTE – 30 de Agosto a 02 de setembro de 2016-07-04

AT – SEGURANÇA PÚBLICA E DEMOCRACIA

Imagem Corporativa x Redução de Riscos Sociais: uma análise da política de
prevenção da violência implementada pela PM/Ba

Ivone Freire Costa

Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança
Pública - – PROGESP/Universidade Federal da Bahia

Taiala Aguilan Nunes dos Santos

Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança
Pública - – PROGESP/Universidade Federal da Bahia



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Resumo

Este artigo tem por objetivo descrever e compreender oportunidades e constrangimentos às políticas/práticas de prevenção implementadas pela PM-Ba. Para tanto, investigaram-se as Bases Comunitárias de Segurança (BCS) e os respectivos espaços geográficos nas quais estão instaladas. As BCS configuram-se em pontos de gerenciamento da operacionalidade policial, tendo por cerne conferir segurança e um policiamento de proximidade no intuito de conseguir reduzir índices de criminalidade em regiões vulneráveis da cidade de Salvador. Nesse sentido, a pesquisa buscou também identificar os perfis de implementadores/idealizadores e beneficiários dos projetos, bem como classificar a natureza preventiva de cada ação social desenvolvida no contexto desta política, segundo os parâmetros internacionais das políticas de prevenção, observando se os projetos focalizavam riscos e, ou, fatores de proteção. Atualmente, Salvador possui dez Bases Comunitárias, localizadas em pontos diagnosticados como críticos em termos de indicadores de violência. As BCS se inserem no âmbito do Programa Pacto Pela Vida (iniciado em 2011), política pública do governo do estado cujo objetivo principal é a promoção da paz, compreendendo um dos seus tentáculos a prevenção social. A discussão teórica teve por tripé a literatura sobre prevenção da violência e sobre implementação de políticas públicas. Em geral, as correntes que tratam da criminalidade e de sua redução focam em três níveis: i) estrutural; ii) psicológico; iii) relativo às circunstâncias do crime; somada a dimensão da Saúde Coletiva, compreendida em estágios diferenciados de prevenção. Além disso, valeu-se de discussões sobre *accountability* no campo da segurança pública, analisando tanto a adequação, por princípios de cidadania, entre o comportamento da polícia e os objetivos e expectativas da comunidade/sociedade, como a questão da confiança na polícia, uma vez que confiança institucional é considerada como um dos principais indicadores de legitimidade, e que no caso da polícia está atrelada à percepção de eficiência em solucionar problemas relacionados à violência. Como recorte empírico, investigamos dezenove projetos sociais distribuídos entre as dez BCS, os quais, em sua maioria, podem ser considerados como instrumentos de prevenção primária. A metodologia utilizada no projeto contou com técnicas de pesquisa documental, de análise de dados secundários, estatística descritiva e entrevistas semiestruturadas. Em meio às hipóteses lançadas pela pesquisa, foi possível observar a sobreposição do fator “imagem”, no que tange aproximação da polícia com a comunidade, em relação ao fator “prevenção”, no que toca a efetiva redução das situações de risco dos moradores nos bairros abrangidos pela política. Constataram-se, ainda, a existência de estágios diferenciados de implementação das ações de prevenção nas bases e diferentes graus de envolvimento dos operadores (burocratas), assim como uma fragilidade no controle e monitoramento de processos e resultados dos projetos, evidenciando um baixo nível de institucionalização da política de prevenção desenvolvida no âmbito das Bases Comunitárias. Ademais, o número reduzido de operadores envolvidos na implementação e realização dos projetos e o agravante estigma de descrédito que práticas dessa natureza carregam perante a



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

corporação – a qual valoriza ações e práticas de enfrentamento à violência de cunho reativo e ostensivo - comprometem o enraizamento e adesão que as ações de prevenção deveriam alcançar como medida fundamental e efetiva para redução de riscos sociais na cidade de Salvador.

Palavras-chave: Prevenção; Confiança; Implementação.

Imagem Corporativa x Redução de Riscos Sociais: uma análise da política de prevenção da violência implementada pela PM/Ba¹

Ivone Freire Costa²

Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública – PROGESP/Universidade Federal da Bahia

Taiala Aguilan Nunes dos Santos³

Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública - – PROGESP/Universidade Federal da Bahia.

1. INTRODUÇÃO

O tema da segurança pública vem gradualmente ganhando força no cenário político brasileiro, passando das agendas corporativas de organizações policiais para uma agenda política nacional. Este processo é resultado de uma série de reivindicações sociais, ações políticas, eventos e, sobretudo, do aumento da criminalidade e violências, notadamente nas regiões metropolitanas brasileiras e médias cidades, o que tem expressado as deficiências estruturais e funcionais do sistema de segurança pública promovido pelo Estado (COSTA, 2005; SOARES, 2005; SENTO SÉ, 2005; CANO, 2006).

Um dos aspectos que contribui para aumentar a visibilidade do campo diz respeito ao fato de que este desnuda uma série de “falências” não somente do Estado, mas dos padrões e formas de sociabilidade da sociedade como um todo, ao tempo em

¹ Agradecemos a colaboração de Íris Gomes dos Santos (coordenadora de campo da pesquisa), Anderson Souza da Silva (bolsista PIBIC) e Rafael Bitencourt (bacharel em Administração, especializando CEGESP-RENAESP/UFBA).

² Professora Associada III, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

³ Estudante do curso de Ciências Sociais, bolsista PIBIC, Universidade Federal da Bahia.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

que questiona o ideário de consolidação democrática a partir da evidência de fragilidades de acesso à justiça e de garantia dos direitos humanos. *Os problemas ligados à área de segurança pública são politizados à medida que a legitimidade dos governos é predominantemente determinada por sua capacidade de manter a ordem e uma possível “paz pública”* (BARREIRA, 2004) e têm representado custos que ultrapassam os limites da esfera privada e individual (BRASIL, 2003; TOURINHO, 2008) exercendo peso sobre as dinâmicas culturais das sociedades (SAPORI, 2007; SOARES, 2005) e influenciando questões relativas a investimentos econômicos, gastos com saúde pública e educação, geração de postos de trabalho, arrecadação de impostos e interferindo mesmo sobre o resultado de processos eleitorais, dentre outras. Deste modo, as violências e criminalidades podem ser consideradas como uma construção política, resultado do confronto de jogos de interesse na vida social (COSTA, 2005).

A complexidade da tarefa de garantir e manter a ordem pública em ambientes de relações sociais e econômicas desiguais, considerando também o próprio sentimento da violência subjetiva da insegurança social, tem envolvido diversos setores da sociedade e níveis de governo num movimento relativamente recente de reflexão, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas capazes de responder aos problemas identificados. Este processo ancora-se, principalmente, numa revisão dos modelos repressivos de exercício de controle social e manutenção da ordem e na proposição de alternativas de intervenção de foco preventivo. Nessa direção, alguns resultados e avanços podem ser sinalizados como, por exemplo, o estabelecimento de fundos e programas públicos específicos, o aumento da produção intelectual na área, a criação de novas instâncias burocráticas em nível nacional e local, a ampliação de canais de participação social, o envolvimento de outros entes federados (União e Municípios) na elaboração e implementação de políticas e, mormente, o alargamento do conceito de segurança pública e a compreensão de seu caráter intersetorial/multisetorial (BRASIL, 2007).

Por sua vez, o Plano Nacional de Segurança Pública fomentou a criação gradual de um Sistema Único de Segurança Pública – SUSP com atuações governamentais (federais, estaduais e municipais) convergentes para a implementação de programas e ações relativas à área de segurança pública e justiça criminal, com ênfase na prevenção à criminalidade e violência (BRASIL, 2003). Este documento também apresentou um entendimento diferente sobre o conceito de segurança pública, alicerçado na compreensão da Segurança Cidadã (PNUD / BID,



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

2003), implicando uma ruptura epistemológica em relação às ideias anteriores associadas exclusivamente ao aparato policial repressivo. Segundo Santos, o termo “segurança pública está obsoleto porque remete apenas à segurança do Estado, da propriedade, da ordem e da lei” (2004:172), desconsiderando as múltiplas variáveis implicadas na construção das situações de risco social que oportunizam a eclosão dos fenômenos da criminalidade e violência.

Há consenso sobre a ideia de que as políticas desenvolvidas, sobretudo de cunho reativo, não têm dado conta da complexidade do fenômeno das violências, trazendo como consequência um descontrole da situação de proteção social e ordem pública. Destarte, um novo ângulo de abordagem dos problemas no campo da segurança pública relaciona-se com a compreensão de que os fenômenos da violência e da criminalidade são complexos, multidimensionais e condicionados por fatores diversos. Diante disso, as políticas de caráter preventivo ganham importância e figuram como alternativas nas agendas políticas, tanto no que se refere à possibilidade de contribuir para o enfrentamento dos fatores de risco social, e por conseguinte para a redução das taxas de criminalidade, quanto para a própria qualidade da política de repressão. Como afirma Rolim (2006), políticas de natureza multidimensional e plurisetorial deveriam ocupar posição estratégica nos governos por serem capazes de enfrentar especificamente os fatores de risco para o crime e a violência⁴.

Para além de uma reorientação de conceitos e práticas, a introdução da prevenção no conjunto das políticas públicas de segurança dos entes federados brasileiros permite visualizar duas principais frentes de mudança, ou de possíveis implicações políticas, quais sejam: 1) na esfera das relações intergovernamentais; 2) na esfera das relações intragovernamentais. Ao que tange o nível de relações entre esferas governamentais, implica numa maior articulação entre os níveis de governo, em decorrência do aspecto multisetorial próprio da política preventiva. Neste contexto, a Secretaria Nacional de Segurança Pública tem se apresentado como órgão indutor/provocador de inovações nas políticas estaduais e municipais, inclusive concebendo e formatando programas e políticas para implementação por parte destes. Em contrapartida, os municípios têm jogado importante papel na implementação e execução de políticas com tal natureza, assumindo experiências de governança urbana e consórcios metropolitanos na área (SANTOS, 2008).

⁴ Compreendidos como os agenciamentos que condicionam e preparam as circunstâncias em que os indivíduos estarão, tendencialmente, mais habilitados à transgressão.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

As implicações identificadas no nível das relações intragovernamentais dizem respeito, sobremaneira, aos conflitos imanentes à estabilidade institucional das burocracias estaduais - seja por posturas corporativas ou pela sobrevivência ou insuficiência de uma revisão de suas regras e padrões -, à defasagem de seus modelos de policiamento, baseados no *gerenciamento de crises*, e ao processo de insulamento que atinge a maioria destas. Tal questão faz também relação com o processo de modernização da burocracia estadual como condição necessária para acolher um novo caráter político de provisão dos serviços de segurança pública, exigindo enfoques diferenciados nos treinamentos e capacitações das polícias, e com a abertura para negociação e articulação com outras secretarias e setores de políticas públicas, possibilitando uma permeabilidade às demandas e interesses de outros grupos e comunidades políticas.

Setores de políticas públicas que tocam em áreas de competências exclusivas de burocracias do Estado abrem espaço para uma discussão sobre seus papéis e capacidades de agência no processo de formulação e implementação (ABERBACK, et al, 1981). Todavia, a literatura sobre a análise de políticas públicas de segurança, sobretudo daquelas executadas pelos governos estaduais, não apresenta um acúmulo de pesquisas empíricas (Sapori, 2007) e parte destes estudos não utiliza modelos de análise ou categorias próprias da Ciência Política, uma das lacunas que justificou a execução desta pesquisa.

Nossos achados também permitem problematizar alguns esforços governamentais de mudança na natureza de políticas e nas relações estabelecidas entre burocracias e beneficiários diretos, contribuindo para o conhecimento sobre as burocracias estaduais e seu poder discricionário, pois em que pese o *status* das instituições estaduais enquanto objetos de estudos ainda existem poucos trabalhos que busquem entender como se dá a formulação e implementação de políticas neste nível (BORGES, 2010), ainda que investigações mais recentes venham tentando suprir tal lacuna (LOTTA, 2010).

Neste sentido, esta investigação teve por objetivo descrever e compreender oportunidades e constrangimentos às ações de prevenção implementadas pela Polícia Militar da Bahia no âmbito do programa Pacto Pela Vida, vinculado ao Sistema de Defesa Social – SDS. O referido sistema foi criado pela Lei nº 12.357 de 26/09/2011, cujo objetivo principal é a promoção da paz social, isto é, a redução dos índices de criminalidade e violência voltadas à população de bairros considerados como socialmente vulneráveis e críticos do ponto de vista das atividades criminais (BAHIA,



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

lei). As ações de prevenção social desta política são implementadas, principalmente, no contexto das Bases Comunitárias de Segurança (BCS). Atualmente, Salvador possui dez BCS, as quais se configuram como pontos de gerenciamento da operacionalidade policial, tendo por cerne conferir segurança e um policiamento de proximidade no intuito de conseguir reduzir índices de criminalidade. Por outro lado, a pesquisa pretendeu também classificar os projetos e ações desenvolvidas pela Polícia Militar segundo suas dimensões de prevenção, observando se estas focalizavam riscos e, ou, fatores de proteção. Igualmente, buscou identificar os perfis de implementadores/idealizadores, dos beneficiários dos projetos e as dinâmicas de parcerias e conflitos travadas entre estes.

Trata-se, portanto, de um estudo de implementação que se vale de categorias relacionadas à distribuição e exercício de poder e discricionariedade comportada pelo desenho da política pública, e pela própria *expertise* dos burocratas, e aos sentidos de sua interpretação, gerados a partir da interação entre regras, contextos políticos e atores sociais, considerando aqui as relações intragovernamentais (burocracias e burocracias) e entre burocratas e cidadãos.

A partir de uma abordagem metodológica qualitativa, produzimos e analisamos dados derivados de pesquisa documental e de entrevistas semiestruturadas realizadas com comandantes e operadores dos projetos nas BCS. Para a análise destes materiais nos valem do uso do software Atlas TI.

A estrutura do artigo consta de quatro partes, além dessa introdução. Na primeira, descrevemos o contexto político e institucional relativo ao desenho da política pública em análise. Na sequência, tratamos de caracterizar os bairros e as BCS implantadas pelo governo, bem como os projetos e ações ali desenvolvidos. Na terceira seção, buscamos analisar o processo de implementação e a interferência da discricionariedade das burocracias neste estágio e no desenho da política. Por fim, apresentamos nas conclusões uma discussão sobre os óbices e oportunidades enfrentados na implementação da política de prevenção focalizada nos bairros vulneráveis.

2. CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA: o cenário macro institucional

A partir do ano de 2003, sobretudo naqueles estados em que a violência estava alcançando índices alarmantes, alguns governos estaduais iniciaram processos de reformas ou inovações institucionais nos mecanismos e estruturas burocráticas,



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

inclusive, reorientando o próprio conceito de segurança pública adotado, e ampliando a formulação e implementação de políticas de prevenção. Nessa linha de ação, os estados de Pernambuco e Minas Gerais, em especial, conseguiram reduzir as taxas de criminalidade a partir de mudanças no arranjo político e na articulação de conhecimentos produzidos na área, incorporando novos atores no processo de definição de suas agendas.

Ao contrário do ocorrido nesses estados, entre os anos de 1999-2010 a Bahia, que sempre ficou abaixo da média de criminalidade no país, se destacou negativamente em função do descontrole e rápida expansão dos índices. Pernambuco, estado que na virada do século ocupava a primeira posição no cenário criminal do Brasil, atingiu a maior redução dos índices de violência letal, integrando o seleto grupo dos cinco estados que conseguiram diminuir, em alguma medida, o percentual de mortes no período. Os referidos estados praticamente inverteram suas posições no *ranking* da criminalidade letal no Nordeste no período. Pernambuco saiu da 1ª posição para ocupar a 6ª. Por sua vez, a Bahia que ocupava a 6ª passou a ocupar a 2ª posição (WASELFISZ, 2011).

Apesar da ascendência significativa de taxas de criminalidade letal e não letal nos anos de 1999-2010, a Bahia manteve até o ano de 2010 uma política de Segurança Pública estruturada nos moldes tradicionais de gerenciamento de crises e ações reativas, compreendendo poucas disposições complementares na legislação que apenas introduziram competências à Polícia Civil do Estado, a exemplo da criação de delegacias especiais. Até 2011 os papéis e funções definidas como responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública da Bahia não mencionavam sequer a proteção do cidadão, se orientando mais para a manutenção da ordem pública e de segurança do Estado.

De acordo com dados do ESTADIC (IBGE, 2014), o estado conta com uma Secretaria de Segurança Pública integrada pelos seguintes órgãos e setores: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Instituto Médico Legal, Superintendência de inteligência, Corregedoria Geral e Interna, Ouvidoria Interna. Cabe salientar que os funcionários da Secretaria são oriundos dos órgãos integrados, vez que não há uma burocracia de carreira com entrada específica nesta secretaria, i.e, os principais responsáveis pela formulação e implementação das políticas são burocratas das corporações policiais. Apesar de a criação do Conselho Estadual de Segurança Pública, de caráter consultivo e deliberativo, datar do ano de 1993, o primeiro Plano



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Estadual foi elaborado em 2011 e o plano de redução ou prevenção de homicídios em 2012 (IBGE, Estadiv, 2014).

Uma sinalização de mudança principia em 2011⁵, quando o governo de Jacques Wagner apresentou o programa “Pacto Pela Vida”, buscando conter o avanço das taxas de violência e também criar um mecanismo de captação de recursos junto à União. Este programa foi criado com o auxílio de consultores acadêmicos responsáveis pela construção da política, de igual nome, implementada em Pernambuco. Kingdon (1995) afirma que *spillovers* ocorrem porque políticos percebem as vantagens de repetir uma fórmula bem-sucedida em áreas similares, uma vez que defensores da causa podem manter a discussão baseada em precedentes de sucesso. Entretanto, os desenhos finais de implementação apresentam diferenças significativas nestes dois estados, indicando que políticas consideradas exitosas, ou modelos, para certos arranjos políticos e institucionais podem não obter os mesmos desempenhos e incentivos/custos em outros espaços.

O Pacto Pela Vida é um programa vinculado ao Sistema de Defesa Social – SDS, cujo objetivo principal é reduzir os índices de criminalidade e violência em populações vulneráveis. Além do objetivo de redução da criminalidade e da violência, o Pacto prevê também a premiação da atividade policial pelo desempenho alcançado, como forma de estímulo para o desenvolvimento dos trabalhos. Para tanto, utiliza dois parâmetros principais: a. Indicador Estratégico - resultado alcançado na redução dos Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI); b. Indicadores de Controle de Criminalidade - conjunto de representações ou quantificações do desempenho das atividades desenvolvidas em termos de efetividade e/ou qualidade em função do impacto e relevância para o Indicador Estratégico, incluindo-se os indicadores de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVLP). Ambos indicadores têm suas definições e acompanhamento geridos pelo Comitê Executivo do Pacto Pela Vida, presidido pelo Governador e integrado por representantes do poder e instituições do Estado: Poder Judiciário, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Defensoria Pública, municípios e a União.

O Programa se orienta a partir de quatro eixos: 1) a participação da sociedade civil organizada na formulação e na execução das ações do Pacto; 2) foco em medidas de prevenção social da criminalidade e da violência, combinada com a

⁵ Em 2013, ainda conforme dados do Estadiv (IBGE, 2014), a SSP recebeu recursos e firmou parcerias com o Fundo Nacional de segurança Pública, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e organismos internacionais. No mais, passou a remeter ao Ministério da Justiça os dados estatísticos relativos à violência e criminalidade no estado



qualificação da repressão, baseada no uso da inteligência estratégica, informação, tecnologia e gestão; 3) transversalidade na execução das ações de segurança pública, contando com a articulação de todas as secretarias do estado; 4) territorialidade, ou seja, instalação das Bases Comunitárias de Segurança em áreas apontadas como críticas em termos de criminalidade violenta.

Segundo documento do governo (BAHIA, 2012), a política do Pacto Pela Vida parte da compreensão que o Estado brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. Para isso, reconhece a necessidade de avanços na área de segurança pública diante do quadro de sérias violações destes direitos em suas diversas modalidades (civil, político, social, econômico, cultural e ambiental), como também do aumento da criminalidade violenta. Ainda de acordo com a redação deste documento, o programa reconhece a complexidade inerente à segurança e se compromete a desenvolver ações com a capilaridade exigida, direcionando especialmente as atividades de prevenção e ações sociais desenvolvidas aos jovens.

No Plano Plurianual (PPA) de 2012-2016⁶, o recurso destinado ao Pacto pela Vida era de R\$ 11.388.441.000,00, apresentando como metas principais: i) a redução da taxa dos crimes violentos letais intencionais de 34,74 (2010) para 24,70 por 100 mil habitantes; ii) diminuição do número de adolescentes em conflito com a lei de 1.501 jovens, em 2011, para 1.350, em 2016. Os meios previstos para atingir tais metas estavam associados à implantação de 28 Bases Comunitárias de Segurança em áreas prioritárias, ao aprimoramento da prevenção e repressão da violência, com ações de polícia comunitária, e à articulação institucional para a realização de projetos sociais, tendo em vista a promoção da inclusão social e garantia de cidadania.

3. APRESENTAÇÃO DOS DADOS BCS

Como dito, as BCS constituem-se em estruturas físicas dedicadas ao policiamento comunitário que tem por finalidade executar as atividades de policiamento ostensivo em seus respectivos setores de responsabilidade territorial, subordinadas ao Comando das respectivas Unidades Operacionais da Polícia Militar da Bahia.

⁶ No Plano Plurianual, 2016-2019, o Pacto Pela Vida conta com a previsão de recursos na ordem de R\$ 20.781.092.637,00



Nesse sentido, as Bases objetivam promover a segurança e a convivência pacífica em localidades identificadas como críticas, melhorando a integração da comunidade local com as instituições de segurança pública e demais órgãos públicos, e destas entre si resgatando a cultura de paz, baseado nos moldes do Sistema Koban⁷, tendo por princípio a excelência nos serviços prestados baseados na promoção e defesa dos direitos humanos (PMBA, 2015, p.04).

De acordo com documentos do governo do estado, a implantação das Bases compreendeu dois estágios principais. Inicialmente, foram realizados levantamentos estratégicos das áreas a serem “ocupadas”, i.e, a “permanência das forças reativas (...), objetivando a estabilização da segurança pública” (BAHIA, Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária). A seleção dos bairros para instalação das BCS observou os “índices de criminalidade e opressão psicossocial”, ficando a escolha final sob a decisão do Comando Geral da PM. Entretanto, não constam nos documentos analisados especificações sobre parâmetros de violência ou criminalidade utilizados nos diagnósticos.

De tal maneira, o governo selecionou 10 bairros populares para a implementação desta política na cidade de Salvador, quais sejam: Calabar, Nordeste de Amaralina, Chapada do Rio Vermelho, Santa Cruz, Fazenda Coutos, Bairro da Paz, Rio Sena, São Caetano, Uruguai e Águas Claras. Parte das localidades elegidas se localiza no miolo da cidade, especificamente 4 bairros, fazendo fronteiras com bairros de classe média e alta. Outros 6 bairros estão localizados em áreas mais periféricas. Todas essas apresentam alta densidade populacional, em especial aquelas situadas no miolo da cidade.

Tabela XXX – População por Área nos Bairros das BCS

Bairros	População	Área (m ²)	Densidade (Hab/m ²)
Águas Claras	37.048	3.550.000	0,01044
Bairro da Paz	19.417	1.400.000	0,01387
Calabar	5.479	140.000	0,03913
Chap. Rio Vermelho	21.932	610.000	0,03595
Fazenda Coutos	22.661	850.000	0,02666
Nordeste de Amaralina	23.860	640.000	0,03728

⁷ O Sistema Koban é um serviço de policiamento comunitário realizado pela polícia japonesa e foi adotado por alguns Estados do Brasil através de acordo cooperação entre o Japão e o Brasil com intermediação da Japan Internacional Cooperation Agency (Agência de Cooperação Internacional do Japão) – JICA.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Rio Sena	13.462	1.050.000	0,01282
Santa Cruz	25.850	600.000	0,04308
São Caetano	51.489	1.690.000	0,03047
Uruguai	32309	910.000	0,03550

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Grosso modo, se tratam de áreas consideradas como de alto risco e vulnerabilidade social e econômica, demarcados pela pobreza e baixa taxa de ocupação formal, com destaque para fontes de renda derivadas da economia informal dentro dos próprios bairros. Muitos domicílios são chefiados por mulheres, atingindo aproximadamente 45% e a população é predominantemente negra (85%).

As habitações são caracterizadas, em geral, por estruturas inacabadas e variam em capacidade e tamanho, sendo que algumas comportam estabelecimentos comerciais e mais de um pavimento. Por sua vez, a ocupação desordenada do solo indica um frágil, ou inexistente, planejamento urbano, incorrendo numa infraestrutura precária do ponto de vista da pavimentação, do saneamento básico - com rede considerada inadequada em quatro dos bairros acima. O serviço de coleta de lixo na porta abrange cerca de 62,94% dos domicílios de cada bairro. Águas Claras apresenta a situação mais crítica (39,48%), contrastando com o Uruguai (84,17%) (IBGE, Censo 2010).

As áreas públicas de lazer são escassas ou quando existentes apresentam condições precárias. Porém, os espaços de escolas locais, associações (culturais, de moradores) e igrejas se constituem enquanto alternativas para suprir tal condição. As políticas de assistência social, como o CRAS/CREAS, não estão presentes em todas as localidades e a demanda, em geral, é maior do que a capacidade de atendimento. Muitas vezes, o acesso da população se dá por meio das estruturadas instaladas em áreas circunvizinhas. Situação semelhante se encontra também nos serviços de saúde básica.

Em entrevistas concedidas à equipe de pesquisa, os Comandantes das BCS relataram que os casos de violência mais comuns estão relacionados com problemas domésticos (violência contra jovens e mulheres), alcoolismo e conflitos entre vizinhos. Constata-se uma forte presença do tráfico de drogas e de aliciamento de menores para atividades ilícitas. Destaca-se uma média de 25% de população jovem (abaixo de 14 anos) nos bairros onde foram instaladas as Bases Comunitárias.

O segundo estágio previsto na implantação das BCS compreendeu a estruturação física de equipamentos, a normatização das rotinas e o desenvolvimento



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

do policiamento comunitário, seguindo o “Manual de Policiamento Comunitário do Sistema Koban/PMESP/SENASP” (BAHIA, Coordenadoria Estadual de Polícia Comunitária)

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública, o local da edificação da Base deve ser um ponto de referência para a comunidade, conforme critérios de acessibilidade e visibilidade, com raio médio de atuação de 2 Km². Esta estrutura física pode ser um imóvel locado ou próprio, contemplando: recepção, comando da BCS/sala de reunião, central de telecomunicações, centro digital de cidadania (CDC), sala de meios (para guarda de material bélico), copa, vestiários, banheiro social, estacionamento e jardim. Em pesquisa de campo realizada, observamos que na maior parte dos prédios das Bases não havia banheiro social, nem jardim e naqueles alugados/cedidos (04) a conservação das estruturas está significativamente comprometida.

Azevedo e Marteleto (2008) afirmam que os objetivos mais imediatos do policiamento comunitário são: aumentar a sensação de segurança subjetiva da população, incrementar a confiança em relação à polícia e contribuir para o controle da criminalidade. Identificamos que o desenvolvimento do policiamento comunitário nas Bases se iniciou com a articulação de ações sociais e eventos nos bairros e, ou, com a implementação de projetos sociais. Para além de ser uma orientação geral da política do Pacto, as iniciativas e projetos sociais surgem como uma estratégia de redução das resistências e desconfianças em relação ao trabalho da polícia, uma vez que muitas das localidades possuem um histórico de relações conflituosas com polícia, em especial nas desocupações e desapropriações de posse e nas operações direcionadas ao combate do tráfico de drogas.

O levantamento dos projetos e ações sociais revelou a existência de cinco eixos principais de intervenção: Esporte; Arte e Educação; Saúde; Profissionalização e Patrulhamento (tabela X), totalizando 57 projetos sociais desenvolvidos, ou em desenvolvimento. O mapeamento possibilitou traçar similaridades e particularidades que envolvem suas dinâmicas de funcionamento.

Tabela XXXX - Eixos de Intervenção dos Projetos Sociais por Bases Comunitárias

Eixos de Intervenção dos Projetos Sociais



BCS⁸	Esporte	Saúde	Arte e Educação	Profissionalizante	Patrulhamento	Total
A	2	1	2	1	1	7
B	3	1	0	0	0	4
C	1	0	2	0	1	4
D	1	0	4	1	1	7
E	3	0	3	1	2	9
F	1	1	1	0	1	4
G	1	1	5	1	0	8
H	0	1	0	0	0	1
I	0	0	3	2	0	5
J	2	4	2	0	0	8
Total	14	9	22	6	6	57

Fonte: pesquisa de campo

Assim, verificamos a relevância do eixo Arte e Educação por estar presente em 9 das 10 Bases, contando com projetos que abarcam um grande público que totaliza, no mínimo, 1.188 atendidos (crianças a idosos) e cuja frequência ocorre de duas a três vezes por semana. Normalmente, são executados em infraestruturas externas a BCS, com exceção daqueles desenvolvidos no CDC (Centro digital de cidadania). As parcerias encontradas neste eixo, assim como nos outros, localizam-se no campo governamental e, ou, com organizações e membros da sociedade civil. Destacam-se, em nível governamental, os vínculos com escolas locais, SECTI, CRAS e NEOJIBA. As parcerias com organizações e membros da sociedade envolvem diretamente beneficiários e moradores na coordenação de rifas e o suporte de igrejas, espaços culturais e faculdades privadas.

O Esporte é um tentáculo presente em 8 Bases, atendendo a um público mínimo de 894 beneficiários. Embora admita pessoas de todas as faixas etárias, predomina a participação de crianças e jovens. A escassez de recursos e infraestrutura disponível para a execução destes projetos exige uma constante mobilização informal de recursos, tendo em vista que os projetos se desdobram em competições e filiações em associações/federações, necessitando de logística, material especializado e alimentação para os atletas. Deste modo, rifas, desembolsos de recursos dos próprios policiais, feiras nas comunidades são articulações frequentes. Os treinos costumam ocorrer duas vezes por semana em espaços

⁸ As Bases foram renomeadas para garantir os termos do consentimento livre esclarecido e evitar a identificação dos informantes e de dados que coloquem em risco ou vulnerabilidade os atores inseridos na amostra.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

externos às BCS, sendo comum que escolas, teatros, associações e creches cedam espaços para a realização dos projetos. Parcerias recentes com a SUDESB para a aquisição de materiais esportivos foram também relatadas pelos entrevistados.

Os projetos do eixo de Saúde, embora incorporem todas as faixas etárias, possuem maior público junto aos adultos e idosos. Atualmente, abrangem um mínimo de 200 beneficiários, distribuídos em cinco das dez Bases. As parcerias com secretarias governamentais, em especial com postos de saúde locais, são comuns para o acompanhamento adequado das condições de saúde dos participantes. Nas articulações não governamentais encontramos o envolvimento de ONG's e associações que colaboram com a execução dos projetos viabilizando recursos humanos e infraestrutura.

Atendendo, notadamente, Jovens e adultos, a linha de atuação dos projetos voltados à Profissionalização foi executada em quatro das dez Bases com o suporte formal de secretarias e órgãos de governo SINE-BA e SETRE, bem como do Instituto Steve Biko e Microlins.

Embora seja o cerne do modelo Koban e estivesse previsto no desenho inicial de implantação das Bases, o eixo Patrulhamento encontra-se vigente em apenas três BCS. O intuito original de mapeamento geográfico, identificação de famílias/moradores/lideranças e de estabelecimentos comerciais locais não vem sendo executado, consistindo atualmente o patrulhamento numa ação de monitoramento de casos de violência doméstica para se reduzir possíveis reincidências.

Estes eixos de intervenção ora identificados agregam o envolvimento direto de 88 burocratas no desenvolvimento desses projetos. O levantamento do perfil destes indicou serem, em sua maioria, soldados com formação e *expertise* em áreas que coincidem, ou são afins, aos eixos dos projetos. Isso evidencia que a implementação das práticas de aproximação e prevenção social existentes está diretamente condicionada aos conhecimentos do efetivo de cada Base. Os achados permitem depreender que muitas vezes há protagonismo de mesmo ator na idealização/formulação e execução dos projetos. O papel do Comando se revelou mais como de um intermediário e orientador em relação ao arranjo formal da política ou de acompanhamento dos projetos, sendo peculiar encontrar envolvimento direto do Oficial na gestão ou execução dos projetos.

Do ponto de vista da classificação dos projetos nas dimensões de prevenção, utilizaram-se correntes teóricas que tratam da prevenção da criminalidade e de sua redução concentradas em três níveis: i) estrutural; ii) psicológico; iii) relativo às



circunstâncias do crime. Ideal que as políticas abordem essas três dimensões em projetos e ações racionalmente integrados (LAWRENCE SHERMAN, 1997). É comum referir-se às estratégias de prevenção na área de segurança pública nos moldes da tipologia empregada pela saúde coletiva (BRANTINGHAM E FAUST, 1976). Deste modo, a *prevenção primária* compreende medidas e políticas cujo alvo é a comunidade, ou população, como um todo. Já a *prevenção secundária* se vale de uma orientação para a proteção de pessoas com alto risco de incidirem em atividades ilícitas ou em delinquência. Por sua vez, a *prevenção terciária* busca atender aquele grupo/indivíduo que já iniciou um processo de criminalização.

Além dessas distinções mais amplas, é possível identificar as políticas de prevenção a partir da natureza das estratégias adotadas. De acordo com Rolim (2006), a prevenção focada em risco deve, também, identificar os fatores de proteção disponíveis. Alguns autores sustentam que estes seriam apenas o grau oposto na escala dos fatores de risco – ou seja, que se trataria de outro nome para situação de mesma natureza conceitual. Outra abordagem sustenta que os fatores protetores seriam aqueles que interagem com os de risco na condição de moderadores. No entanto, a definição do que sejam esses fatores ainda continua controversa.

Com base nos dados coletados em campo, identificamos uma predominância da dimensão primária de prevenção, contabilizando em torno de 45 projetos, distribuídos em quatro dos cinco eixos abordados. Treze destes foram assumidos como de prevenção secundária, pois compreende um público majoritariamente de jovens. No âmbito da prevenção terciária existem quatro projetos desenvolvidos em quatro Bases. No entanto, as entrevistas realizadas demonstraram que não se tratam de projetos formatados especificamente nessa direção porque os beneficiários com histórico criminal ou conflito com a lei são minorias.

Tabela XXX – Projetos Sociais Desenvolvidos nas BCS por Dimensão de Prevenção

BCS	Dimensão de Prevenção			Total
	Primária	Secundária	Terciária	
A	7	2	1	8
B	5	4	0	5
C	4	2	0	4
D	7	1	1	8
E	9	1	2	11
F	4	1	0	4
G	8	1	0	8
H	1	0	0	1



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

I	5	0	0	5
J	5	1	0	5
Total*	45	13	4	59

* Um mesmo projeto pode ser classificado em mais de uma dimensão

Fonte: pesquisa de campo

Associada a este contexto, impendeu-se uma necessidade premente de cada BCS conseguir iniciar seu trabalho de policiamento nos bairros, muitos destes antes não cobertos/atendidos pela Polícia Militar, evidenciando que os projetos aparecem mais como artifícios de aproximação da PM com a comunidade para viabilizar trânsito nas localidades e uma mínima convivência/ocupação “harmoniosa”.

Visto que há uma absorção de todas as faixas etárias que demonstram interesse nas modalidades de projetos sociais ofertados, a focalização de risco torna-se dispersa, dificultando o mapeamento dos contextos sociais específicos de vulnerabilidade do público atendido, bem como de seu acompanhamento.

Do ponto de vista das relações intragovernamentais, a execução de projetos e ações sociais pensados no âmbito da Coordenadoria de planejamento exigem articulações com outros órgãos do estado. No desenho da política do Pacto Pela Vida, no que tange as Bases Comunitárias de Segurança, constam 4 secretarias para o desenvolvimento das seguintes ações: i. Qualificação profissional de pessoas residentes (8.000) em áreas de BCS (Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE); ii. implementação de núcleos de iniciação esportiva, lazer e inclusão social no entorno dos bairros (SETRE); iii. adequação de escolas (20) nos bairros para educação integral (Secretaria de Educação); iv. reforma de equipamentos esportivos (20) no entorno (SETRE); v. implantação de espaços de leitura nos Pontos de Cidadania (20) e a realização de ações culturais através de bibliotecas móveis (Secretaria de Cultura); vi. ações de proteção social para crianças, adolescentes, jovens e famílias em situação de risco social (Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social); vii. implementação de Núcleos de Direitos Humanos e Justiça Comunitária (20), como também a emissão de documentação civil básica em mutirões de cidadania e nos Núcleos de Direitos Humanos (Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social).

Apesar de constarem como atores estratégicos para a implementação da política de prevenção do estado e fortalecer o aspecto multisetorial deste campo de intervenção, no mapeamento realizado em campo as referidas Secretarias aparecem



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

como parcerias eventuais e as suas presenças nas BCS dependem, em grande medida, da articulação direta da burocracia de rua (policiais) através de envio de ofícios, telefonemas, visitas pessoais etc. para a coordenação e mobilização de recursos humanos e materiais previstos no desenho inicial da política. Outrossim, na prática, os projetos dispõem de parcerias com organizações e membros da sociedade civil para a captação de recursos humanos, materiais e de infraestrutura necessárias à implementação de ações da BCS. Sendo este o arranjo que possibilita alguma perenidade às ações executadas, mais do que as parcerias formais estabelecidas intragoverno. Os eixos de maiores articulações são o “Esporte” e “Arte e Educação”, sendo proporcional ao número de projetos ofertados pelas BCS às suas respectivas localidades. Embora possam ser consideradas como uma forma salutar e desejável de interação com as comunidades e organizações locais, esse cenário demonstra a falta de prioridade na alocação de recursos que as intervenções de prevenção assumem no contexto da política estadual de segurança pública.

Tabela xxxx – Relações Intragovernamentais e entre Moradores e Organizações Locais por Área de Intervenção

Área de Intervenção	Intragov	Moradores e Org. Locais
Esporte e Lazer	10	12
Arte e Educação	12	15
Educação profissional	3	2
Saúde	1	4
Patrulhamento	1	1
Total	27	34

Fonte: pesquisa de campo

As entrevistas revelaram que os burocratas de rua apesar de atuarem em uma margem de ação estabelecida no projeto inicial, que versa sobre ações e projetos de iniciativa dos policiais locados nas BCS's, os mesmos não possuem orientação teórica, nem diagnóstico local para elaboração e planejamento dos projetos que observem as dimensões de prevenção. Associada a este aspecto está a inconsistência de critérios de seleção, mecanismos de acompanhamento e manutenção dos beneficiários nos projetos.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Passagens rotineiras das entrevistas ilustravam a ausência e mesmo necessidade de instrumentos de mensuração dos resultados obtidos pelos projetos, no que tange prevenção. Este arranjo encontra-se ofuscado, uma vez que alterações positivas, embora pontuais, na relação da PM com a comunidade seja o objetivo mais direto esperado no desenvolvimento de práticas sociais na localidade.

Projetos e ações sociais foram diferenciados nas falas dos entrevistados. Assim, ações caracterizasse por práticas pontuais, sem periodicidade e que podem ocorrer dentro ou fora do Bairro. Já os projetos são práticas consolidadas, com maior organização e registros dos beneficiários, acontecem semanalmente e mobilizam uma quantidade maior de recursos. As duas modalidades contam com a iniciativa e habilidade dos próprios operadores. Iniciativas individuais, repassadas ao comando da BCS's até serem realizadas como ações ou implementadas como projetos. Essas são algumas das variáveis envolvidas no processo de execução, ilustrando a implementação Bottom up. Nas palavras de Subirats(XXX) é inadequado conceber apenas uma perspectiva de controle, diante de tantas outras perspectivas tanto ou mas decisivas, à exemplo do fluxo de informações e recursos.

O primeiro modelo social executado em cada Base, carrega consigo uma estratégia de aproximação e de viabilidade da realização do policiamento. Ham e Hill(XXX) ao dialogar com Lipsky apresenta objetivo similar em que a liberdade de fazer políticas do burocrata do nível de rua é largamente empregada para tornar as tarefas e o ambiente de trabalho mais fáceis de administrar (p. 190). O primeiro contato pensado pelos operadores opera na tentativa de ruir a imagem negativa e distanciamento que cada localidade possui da Instituição Polícia Militar. A imagem da instituição passa então a ser transformada a partir da discricionariedade exercida pelos agentes de rua.(Lotta, 2010). A continuidade, expansão e desdobramentos ficam a cargo das expectativas geradas nos beneficiários e aos resultados diretos da melhoria da confiança, imagem e aproximação vinculado diretamente com a instituição. A associação dos projetos a melhoria da imagem da polícia permeou a fala de todos os Burocratas.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

A discricionariedade, ilustrada pela iniciativa individual de idealizar o projeto e articular recursos necessários a sua implementação é fomentado pelo uso de conhecimentos particulares dos operadores. A *expertise* tem origem em cursos superiores, técnicos e habilidades desenvolvidas ao longo da vida particular de cada agente de rua. Formação em Educação Física, Direito, Assistente Social, Letras, Técnico em Enfermagem, Professor de Karatê, Judô, passagem por associações sociais são alguns dos traços comuns aos Praças envolvidos diretamente na execução dos projetos.

Em meio a necessidade de realizar o policiamento comunitário, os projetos executados nas Bases Comunitárias pesquisadas, constitui um traço peculiar do policiamento comunitário exercido em outras localidades. Nesse sentido a singularidade das Bases de Salvador enquadra-se no que Subirats, aponta como uma das respostas possíveis, dos burocratas, para enfrentar indeterminações e dificuldades que rodeiam o trabalho na Administração Pública. Consistindo na modificação da sua própria definição do que deveria ser o serviço prestado e assim diminuir a distância entre objetivos e resultados, alcançando um eco positivo de seu trabalho junto aos seus clientes (beneficiários).

A análise das entrevistas demonstrou que há uma resistência de parte significativa da corporação na adesão do policiamento de proximidade, há o estranhamento da prática por parte da própria sociedade, mais precisamente das comunidades que receberam a instalação das Bases. Tal contexto, demonstrou concepções diferenciadas do papel da polícia, uma vez que a valorização de ações e práticas de enfrentamento à violência de cunho reativo e ostensivo, passa a dividir espaço com práticas sociais. Para muitos isso soa como desvio de função, para os burocratas diretamente envolvidos nos projetos, uma conciliação repressivo-preventivo. Essa resistência encontrada é expressa no número reduzido de operadores envolvidos nos projetos e fortalecida pela ausência de incentivos e gratificações institucionais aos operadores relacionadas a execução de atividades sociais desenvolvidas nas BCS's.

Considerações finais

Este artigo buscou iniciar um processo de diagnóstico de oportunidades e constrangimentos presentes na elaboração de políticas de prevenção da violência implementada pela PM/Ba. As visitas e entrevistas realizadas nas dez Bases



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

Comunitárias de Salvador apontou para a construção de um cenário em que práticas sociais previstas no projeto inicial encontram desamparo institucional, principalmente no que tange dispêndio fixo e valorização profissional. Esses eixos de fragilidade desdobram-se em outros, como recursos humanos, materiais e de infraestrutura. Os constrangimentos encontrados são amplamente contornados por ações individuais, entendida nos estudos como discricionariedade de nível de rua, possibilitando não só a realização dos serviços policiais nos locais, mas também e principalmente possibilitando uma mudança na imagem que a corporação possuem nesses bairros. Os projetos são admitidos pelos atores como uma estratégia inicial de aproximação e de manutenção da relação positiva da PM-BA com a comunidade. Na concepção dos comandos das BCS's a receptividade dos projetos na comunidade oscilam entre boa e ótima. Mesmo naquelas localidades, com históricos mais acentuados de truculência nas operações policiais, foram mencionadas uma alteração positiva da relação da PM com a Comunidade em decorrência dos projetos. Nas dez Bases ocorreu menção ao aumento da confiança na polícia, no entanto a legitimidade da ação policial aumentou para oito delas.

A execução e resultados vinculados aos projetos consolidou o DPCDH - Departamento de Polícia Comunitária e Direitos Humanos. Esse setor hoje desempenha a função de organizar, uniformizar e acompanhar as práticas sociais implementadas pelas BCS's.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade**: gestão da segurança pública, violência e controle social. Salvador: EDUFBA, 2005. 244 p.
- MARIANO, Benedito Domingos. **Por um Novo Modelo de Polícia no Brasil**: a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente. 183 p.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **IPEA**: Planejamento e políticas públicas, Brasília, v.21, 2000.
- BRASIL, Ministério da Justiça / SENASP. Plano Nacional de Segurança Pública para o Brasil. 2003.
- BRASIL, Ministério da Justiça / SENASP. Sistema Único de Segurança Pública 2003-2006 (Relatório de Execução). 2007.
- SANTOS, José Vicente Tavares dos. Polícia y Seguridad Ciudadana en Brasil. In: ALVARADO, Manuel Bernarles e SIERRA, Gerónimo de. *Democracia, Gobernanza y Desarrollo en el Mercósul*: hacia un proyecto propio em el Siglo XXI. Uruguay: **UNESCO/CLACSO**. 2004. p. 169-172.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUGT, LucVan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**: trajetórias. 2 ed. Lisboa: Gradiva. 1998, 282p.
- ESPINHEIRA, Gey. **Sociabilidade e Violência**: Criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do subúrbio ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia. Universidade Federal da Bahia. 2004. 204 p.
- ZAVERUCHA, j. Military Justice in the State of Pernambuco after the Brazilian Military Regime: An Authoritarian Legacy. **Latin American Research Review**, v.34, n.2, 1999, p.43-73.
- ROLIM, Marcos. **A síndrome da Rainha Vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- MESQUITA NETO, Paulo de. Segurança, Justiça e Direitos Humanos no Brasil. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (orgs). **Segurança Pública e Violência**: o Estado está cumprindo seu papel? 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.53-64.
- BEATO, Cláudio; SILVA, Bráulio; SILVEIRA, Andréa. Prevenção de crimes urbanos: o programa Fica Vivo. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (orgs). **Segurança Pública e Violência**: o Estado está cumprindo seu papel? 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil**: desafios e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2007.
- SENTO-SÉ, João Trajano (org). **Prevenção da Violência**: o papel das cidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- TOURINHO, Marta Fernanda Peres. Violência: um problema de saúde pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (orgs). **Segurança Pública e Violência**: o Estado está cumprindo seu papel? 1ª. ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 101-111.
- SKOCPOL, Theda; SOMERS, Margaret. **The Uses of Comparative History in Macro-social Inquiry**: *Comparative Studies and Society and History*, 1980, n.22.
- SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M; MARQUES, E. (orgs). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

- SOUZA, C. Estado do Campo da Pesquisa em Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51. Fev 2003.
- CAPELLA, A. C. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M; MARQUES, E. (orgs). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
- SOARES, J. L. Apresentação. In: SENTO-SÉ, João Trajano (org). **Prevenção da Violência: o papel das cidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CANO, I. Políticas de segurança pública no brasil: tentativas de modernização e democratização versus a guerra contra o crime. **SUR - Revista Internacional De Direitos Humanos**. Número 5 • Ano 3 • 2006.
- BARREIRA, C. Em Nome Da Lei E Da Ordem: A Propósito Da Política De Segurança Pública. São Paulo Em Perspectiva, 18(1): 77-86, 2004.
- COSTA, A; GROSSI, B. Relações Intergovernamentais e segurança pública: uma análise do Fundo Nacional de Segurança Pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, 2007.
- RATTÓN, J.L; BARROS, M. Polícia, **Democracia e Sociedade**. Pernambuco: Lumen Juris, 2006.
- BRANTINGHAM, P; FAUST, F. **A Conceptual Model of Crime Prevention**. 1997.
- Lawrence W. Sherman, et al. 1997. Preventing Crime: What Works, What Doesn't, What's Promising. **Report to the U.S. Congress**. Washington, D.C.: U.S. Dept. of Justice, 655 pp.
- BORGES, A.** Dinâmica político-eleitoral, burocracia e gasto social estadual. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 91-109, Jan./Abr. 2010
- FARIA, C.A.P. de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 18(51): 21-30, 2003.
- ARRETCHE, Marta. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2004.
- SOUZA, C. Federalismo e Descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **DADOS –Revista de Ciências Sócios**, Rio de Janeiro, V. 44, n. 3, 2001. p. 513-560.
- Margetts, Helen (2009) “Modernization dreams and public policy reform”. Mimeo
- Nunes, Edson (1997) **A Gramática Política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Souza, Celina (2003) “Federalismo e Conflitos Distributivos: Disputa dos Estados por Recursos Orçamentários Federais”, **Dados**, v.46, p.345 - 384.
- Figueiredo, Argelina (2010) “Executivo e Burocracia”. Mimeo.
- Souza, Celina (2007) “Coalizões eleitorais e ajuste fiscal nos estados brasileiros”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, p.31 – 54.
- MARQUES, E. C. Redes Sociais E Instituições Na Construção Do Estado E Da Sua Permeabilidade. **RBCS Vol. 14 no 41 outubro/99**
- CORTES, S. V. Viabilizando a Participação em Conselhos de Política Pública Municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e *policy communities*. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M; MARQUES, E. (orgs). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007.
- KLIJN, E.H. Policy Networks: an overview. In: KICKERT, W. J. M; KOPPEJAN, J.F. **Managing Complex Networks**. London: Sage, 1998.
- ZURBRIGGEN, C. **Las Redes de Políticas Públicas**: uma revisión teórica. Disponível em: www.iigov.org
- LEVI, M. Uma Lógica da Mudança Institucional. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 34, no. 1, 1991, p. 79-99.



10º ENCONTRO CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:
MEMÓRIA E FUTURO
Associação Brasileira de Ciência Política
Belo Horizonte
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2011: os jovens do Brasil, Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, RITLA, Instituto Sangari, Ministério da Justiça, 2011.
KINGDON, John W. (1995). Agendas, Alternatives, and Public Policies. 2nd Edition. Harper Collins College Publishers. in SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1. Como chega a hora de uma ideia (pp. 219-224); Juntando as coisas (pp. 225-246).